

Palestina ocupada: Identidade e nacionalismo¹

Bárbara Caramuru²

O processo de autoafirmação da identidade, nos termos da Antropologia, não simplifica a narrativa identitária à uma busca por um “ídolo das origens”³. Constitui-se de um processo complexo e multifacetado. Dessa forma, pensar a identidade palestina não configura uma simples legitimação a partir da origem, mas, deve-se estar atendo as relações que a compõem. A partir do trabalho de campo realizado junto à comunidade palestina da cidade de Santiago, no Chile, percebeu-se na narrativa dos interlocutores, que vivenciaram os processos de ocupação sionista e suas políticas de desterritorialização, a *Nakbah* como um artifício de potencialização da autoafirmação identitária palestina no Chile. Incluso aqueles sujeitos frutos da diáspora - segunda e terceira geração de palestinos chilenos.

Todavia, retrocedendo ao estabelecimento de Estados-Nação nesse território, percebemos que, para além das relações estabelecidas entre os sujeitos palestinos, a construção do “povo palestino” como um grupo social auto afirmado encontra-se, por diversas vezes, em uma teia de relações com categorias da ideologia nacionalista e, ainda, atrelada a categorias presentes na forma “rígida” de conceituar a “identidade”.

Diversas vezes, encontramos em narrativas de autoafirmação identitária o pressuposto de uma mesma língua, etnia, mito de origem, território e até pertencimento religioso. Categorias diretamente relacionadas com a proposta de legitimação do Estado-Nação. No caso dos palestinos, deve-se ressaltar que a proposta não foi realizada, nos termos práticos, devido à apropriação territorial,

¹ O texto faz parte de uma série de artigos produzida para o Instituto Direito e Democracia (IDD), no intuito de ampliar a informação e o debate sobre a causa palestina, as políticas de território e fronteira, direito a terra e a discussão sobre a identidade e a diáspora.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), atualmente realiza a pesquisa: "*La Tierra Palestina es más cara que el oro: Narrativas palestinas em disputa*", a partir da etnografia realizada em Santiago - Chile, nos anos de 2015 e 2016. Bacharela e licenciada em História pela mesma instituição, no ano de 2014, com a pesquisa intitulada: "O Egito na encruzilhada da secularização: de Gamal Abd Al- Nasser à Primavera Árabe".

³ BLOCH, Marc Leopold Benjamin, **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

por meio da ocupação sionista. Consumada em 1948, na *Nakbah*, a ocupação da terra palestina tem sido um impasse para o reconhecimento e legitimação do Estado Palestino, embora exista o reconhecimento, recente, da Organização das Nações Unidas (ONU) à essa nação, concedendo-lhe o estatuto de Estado-observador não membro das Nações Unidas.

Quando foram orquestradas pelos mandatários franceses e britânicos, divisões territoriais⁴, traçadas a partir de linhas imaginárias, estas fronteiras se sobrepuseram e ignoraram a vontade dos povos nativos e a divisão territorial em que se encontravam os povos do Oriente Médio, privilegiando as elites locais e as intenções coloniais. Estas divisões foram naturalizadas com o passar dos anos por meio de discursos políticos, ideológicos e religiosos. A ideologia nacionalista fez parte da constituição deste território. Atrelada a uma concepção de que a nação se constitui de: um povo, uma língua, uma terra; foi estabelecido o recorte geográfico que culminou na formação dos Estados-Nação no Oriente Médio, exceto para algumas minorias desfavorecidas politicamente e economicamente, como palestinos e curdos.

Stanley Tambiah⁵, caracteriza tais processos históricos como uma política étnico-religiosa fomentadora de conflitos. A proximidade entre ideologia, religião e a proposta de nacionalismo étnico atua como uma potencializadora de conflitos, tanto quanto as disputas entre etnias. Parafraseando Anthony Smith⁶, a natureza multifacetada das nações inibe os direitos das minorias e o nacionalismo terminou por colocar uns aos outros em uma gama de conflitos.

A "palestinidade", portanto, poderia vir a se relacionar com os conceitos de nacionalidade, etnicidade, território e direitos cívicos, que se consolidariam como os princípios de uma nação Palestina e que só fariam sentido com a constituição de um Estado-Nação. À luz de Schiocchet⁷, podemos entender a "palestinidade" como um conjunto de fatores identitários. Sendo esse conjunto

⁴ Ver em: *A Nakba e os 50 anos de ocupação de Gaza e Cisjordânia: uma história diaspórica*. Disponível em: <http://idd.net.br/wp-content/uploads/2017/05/1-A-Nakbah-e-os-50-anos-de-ocupacao-do-territorio-de-Gaza-e-Cisjordania.pdf>

⁵ STANLEY, Tambiah. **Leveling Crowds: Ethnonationalist Conflicts and Colletive Violence in South Asia**. Los Angeles. University os Califórnia Press, 1993

⁶ SMITH, Anthony **National Identities**. Reno: University of Nevada Press.1991

⁷ SCHIOCCHET, Leonardo. (Accepted for publication. Forthcoming, Summer 2015). *Uma Nação sem Estado: A Palestina dos Palestinos*. In LIMONCIC, Flávio & MAARTINHO, Francisco. Nações [Nations]

amplo e acessado de diferentes formas em diferentes localidades ou por distintos grupos de palestinos, no entanto, ele reúne alguns fatores comuns a todos os palestinos. Dessa forma entendemos a ideia de “palestinidade”, ou identidade palestina, como um “pano de fundo” comum a todos os palestinos.

Na pesquisa de campo realizada com a comunidade palestina de Santiago, no Chile, se evidenciou nas narrativas: a causa palestina, o direito à terra, o direito de retorno segundo a resolução 194 da ONU e a experiência no exílio. Esses fatores, reunidos, compõem, em certa medida, o entendimento do que se configura como o “sujeito palestino/chileno”. O que não prefigura uma exceção, visto que em 1928 os moradores da região já se apresentavam aos mandatários britânicos reconhecendo-se, coletivamente, e, intitulando-se “palestinos” - mediante a imigração judaica massiva e a pretensão sionista de posse do território palestino. Constata-se, portanto, um reconhecimento e agenciamento identitário entre os indivíduos daquela região, que é notadamente potencializado conforme amplia-se o risco de perda de seu território e extinção de suas tradições.

“A palestinidade, é gerada, mantida e transformada em grande medida em relação ao processo político que envolve a disputa territorial entre palestinos e Israel. Assim, a nação palestina é hoje produzida e articulada tanto nos escritórios dos partidos e movimentos políticos, quanto o é nos escritórios de movimentos sociais populares, escritórios de organizações humanitaristas internacionais, nas ruas dos Territórios Ocupados ou dos campos de refugiados do Líbano da Síria e da Jordânia, ou ainda de onde quer que estejam aqueles que se veem como parte da nação palestina”⁸

Devemos considerar, que a noção de “nação palestina” não atua como um dispositivo rígido para a conformação identitária. Embora dialogue com categorias do nacionalismo, são as relações que produzem o que convenientemente denominamos identidade. Relações que se dão entre os sujeitos, entre sujeitos e fronteiras, entre os sujeitos e as narrativas, a tradição, o território, a memória, a religiosidade.

⁸ Ibid. p8